

**EDcl no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 726570 - MG
(2015/0137815-4)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
EMBARGANTE : ESTADO DE MINAS GERAIS
**EMBARGANTE : INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES
DO ESTADO MG**
**ADVOGADOS : CELESTE DE OLIVEIRA TEIXEIRA - MG051828
BERNARDO WERKHAIZER FELIPE - MG077117**
EMBARGADO : NIVALDO VIANA GOMES
**ADVOGADOS : ANDRÉ CORRÊA CARVALHO PINELLI - MG075853
LEONARDO JOSE SANTANA BISPO - MG104617
GILMARA APARECIDA DE CASTRO - MG096833
JULIANA MARIA SOUSA CABRAL - MG118195**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PARA ASSISTÊNCIA À SAÚDE. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973 NÃO CONFIGURADA. IRRESIGNAÇÃO QUE SE FUNDA, TÃO SOMENTE, NESSA ALEGAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRARIEDADE. MERO INCONFORMISMO DA PARTE. NÃO CABIMENTO DOS DECLARATÓRIOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DO IPSEMG REJEITADOS.

1. Os Embargos de Declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição existente no julgado. Excepcionalmente o Recurso Aclaratório pode servir para amoldar o julgado à superveniente orientação jurisprudencial do Pretório Excelso, quando dotada de efeito vinculante, em atenção à instrumentalidade das formas, de modo a garantir a celeridade, eficácia da prestação jurisdicional e a reverência ao pronunciamento superior, hipótese diversa da apresentada nos presentes autos.

2. Todas as questões trazidas foram devidamente enfrentadas, restando claro que o Recurso Especial fundou-se, tão somente, na alegada violação ao art. 535 do CPC/1973, não se verificando qualquer omissão, contradição ou obscuridade no acórdão recorrido apta a justificar o seguimento do Recurso Especial fundamentado apenas nessa isolada alegação.

3. Registre-se que a modulação realizada pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da ADI 3.106 se deu em 20.5.2015, após a interposição do presente Recurso Especial, o que impede a análise da tese sustentada, por ser incabível inovação recursal nessa seara.

4. Dos próprios argumentos despendidos nos Aclaratórios, verifica-se não se tratar de qualquer omissão, contradição ou obscuridade a ser sanada, mas de mera pretensão de reforma do julgado com base no inconformismo da parte ora embargante com a solução jurídica ali aplicada; pretensão incabível nesta via

5. Embargos de Declaração opostos pelo ESTADO DE MINAS GERAIS e pelo IPSEMG rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho
Relator